

Experiência como tutora na formação em direitos humanos e diversidades

Experience as a tutor in human rights and diversity training

Valquiria de Azevedo Rosa¹

RESUMO

Este texto trata-se de um breve relato sobre minha experiência enquanto tutora em uma atividade de extensão, especificamente no Curso de aperfeiçoamento “Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos”, com duração de seis meses, destinado a professores/as e demais profissionais em atuação na educação básica em todo o Brasil. A participação resultou em uma apresentação de trabalho no evento “Encontro Nacional de Educação em Direitos Humanos e Diversidades com profissionais da Educação Básica”, realizado pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), na modalidade remota, bem como o curso supracitado. Este relato e o trabalho apresentado estão voltados para a experiência riquíssima que a tutoria me proporcionou ao participar de todas as atividades, especialmente ao ler, interagir, pontuar e ter contato com a diversidade de conhecimento, ideias e opiniões tão únicas e subjetivas. Com elas, pude desmistificar algumas crenças e preconceitos, ambos atrelados à falta de conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero, bem como a experiência na tentativa de resolução de conflitos aplicando os princípios da Comunicação Não Violenta (CNV).

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos (EDH). Diversidade sexual e de gênero. Comunicação Não Violenta (CNV). Tutoria.

ABSTRACT

This text is a brief report on my experience as a tutor in an extension activity, specifically in the six-month advanced training course ‘Education in Human Rights and Diversities: educating oneself and others for the construction of a society based on human rights’, intended for teachers and other professionals who work in elementary and middle school throughout Brazil. My participation resulted in a work presentation at the event ‘Brazilian National Meeting of Education in Human Rights and Diversities with Basic Education professionals’, held remotely by the Federal University of Uberlândia (UFU), as well as the aforementioned course. This report and the work presented focused on the rich experience that the tutoring provided me by participating in all activities, especially by reading, interacting, punctuating, and having contact with the diversity of knowledge, ideas, and opinions that are so unique and subjective. With them, I had the opportunity to demystify some beliefs and prejudices, which are understood as a lack of knowledge about sexual and gender diversity, as well as the experience of trying to resolve conflicts by applying the principles of Nonviolent Communication (NVC).

Keywords: Human Rights Education (HRE). Sexual and gender diversity. Nonviolent Communication (NVC). Mentoring.

¹ Especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva pela Faculdade de Ampére, Paraná, Brasil; tutora da graduação em Pedagogia na Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Minas Gerais, Brasil / Specialist in Special Education in the Inclusive Perspective, College of Ampére, State of Paraná, Brazil; tutor of the Pedagogy undergraduate course at the Federal University of Triângulo Mineiro, State of Minas Gerais, Brazil (valquiriaazevedo666@gmail.com).

INTRODUÇÃO

Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com especialização em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, pela Faculdade de Ampère (Famper), atualmente atuo como professora na Rede Municipal de Ensino, com turmas da Educação Infantil ao quinto ano do Ensino Fundamental. Em geral, sempre busquei formações que colaborassem para uma prática docente mais humana, inclusiva e voltada para a garantia de direitos. Em 2014, participei de cursos de extensão oferecidos pela UFU, na modalidade da Educação a Distância (EaD), voltados à Educação Especial. Essas formações me marcaram pela profundidade e qualidade, além de despertaram em mim o interesse pela tutoria.

Após participar de dois processos seletivos, fui convocada, em 2024, para atuar como tutora no “Curso de aperfeiçoamento de Educação em Direitos Humanos e Diversidades: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos”, promovido pela UFU. Essa foi minha primeira experiência como tutora e, desde o início, compreendi que seria uma experiência superior a um simples complemento de renda. A tutoria me exigiu escuta, presença, mediação de saberes e, principalmente, sensibilidade.

A EXPERIÊNCIA COMO TUTORA

Para contextualização, já era de meu conhecimento alguns/mas colegas com experiência em tutoria. Assim sendo, superficialmente, eles/as me informaram algumas atribuições destinadas ao tutor, cuja responsabilidade era desenvolvê-las no período de sua atividade. De forma sucinta, entendi que o papel de tutoria transcende o suporte puramente técnico, sendo um elo entre o conteúdo e os/as cursistas, exercido por alguém que mediará saberes e experiências. Segundo o edital do curso, as atribuições de tutoria se desenvolveriam a partir de:

- 4.1.3. Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e discentes;
- 4.1.4. Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do Curso, garantindo retorno às solicitações dos discentes no prazo máximo de 24 horas;
- 4.1.5. Auxiliar os discentes quanto a dificuldades relativas ao seu processo de estudo, motivando-os a extrapolar o material didático e auxiliando-os no encaminhamento de soluções para os seus problemas;
- 4.1.6. Corrigir, sob orientação e supervisão do professor responsável, as atividades realizadas pelos discentes e dar a cada um deles, de modo personalizado, o devido retorno sobre seu desempenho;
- 4.1.7. Realizar a avaliação dos cursistas no sistema SIMEC;
- 4.1.8. Interagir e mediar sessões de chats e fóruns e outros

recursos; 4.1.9. Apoiar operacionalmente o professor formador e professor pesquisador nas atividades do Curso, incluindo a aplicação de avaliações, quando couber; 4.1.10. Estabelecer contato permanente com os discentes e mediar todas as suas atividades teórico-práticas; 4.1.11. Colaborar com o professor formador na avaliação dos estudantes, participando de reuniões convocadas por ele; 4.1.12. Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela UFU, quando solicitado pela Coordenação do Curso; 4.1.13. Elaborar relatórios de acompanhamento dos discentes e encaminhar ao professor formador quando solicitado pelo mesmo e pela Coordenação do Curso; 4.1.14. Participar do processo de avaliação do curso sob orientação do professor formador; 4.1.15. Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (Moodle) (UFU, 2023, p. 2-3).

Após a convocação, os/as demais tutores e eu tivemos uma formação sobre o funcionamento do curso e nossas responsabilidades. Contudo, durante os seis meses, tivemos apoio em todas as questões e dúvidas que surgiam. A experiência como tutora evidenciou que ser mediador/a não se trata apenas de orientar tarefas, mas criar um espaço seguro e respeitoso para que o outro se expresse e se transforme. Logo, o/a tutor/a também se configura como um/a aprendiz, algo vivenciado na prática.

Ao longo dos seis meses de curso, vivi uma formação rica, profunda e extremamente significativa. Nesse contexto, participei ativamente de todas as atividades, li atentamente os materiais, acompanhei os fóruns, incentivei o diálogo e, sobretudo, me permiti ser transformada pelos conteúdos. Dentre os quatro módulos, dois me marcaram profundamente: a *Unidade II – Diversidade sexual e de gênero e direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos*; a *Unidade III – Comunicação não violenta, cultura de paz nas escolas e o poder da comunicação fundamentada em direitos humanos*.

A primeira unidade supracitada desmistificou algumas crenças pessoais, como acreditar que havia apenas o gênero masculino ou feminino e o que os diferenciava era apenas a orientação sexual de cada indivíduo. De maneira sucinta, o termo “gênero” é uma construção social, fundamentado no que a sociedade identifica como características masculinas ou femininas. Conforme Funck (1994, p. 20 *apud* Camargo; Gomes, 2025, p. 14), “gênero surge com a crítica marxista-materialista. Conforme o feminismo marxista, o gênero não existe fora de um contexto ideológico [...] [é] parte de um processo de construção social e cultural”. Nesse horizonte, trata-se de uma questão individual, que transcende o sexo biológico.

De modo geral, cada sujeito possui sua identidade de gênero, ou seja, como a pessoa se identifica, independentemente de seu sexo biológico. Caso ela se identifique com o gênero em que nasceu, ela é classificada como cisgênero (ou somente “cis”); caso se identifique com o

gênero oposto ao de nascimento, é uma pessoa transgênero (ou somente “trans”). Ademais, há casos em que a pessoa não se identifica em nenhum gênero, sendo considerada não binária – é importante destacar que pessoas não binárias também são pessoas transgênero, uma vez que não se identificam com o gênero atribuído a elas em seu nascimento. Em suma, essas percepções não definem a orientação sexual de cada indivíduo, e:

Apesar desses conceitos serem frequentemente discutidos juntos, é importante reconhecer que não são iguais, embora se assemelhem, sendo independentes um do outro. As diferenças entre sexo biológico e identidade de gênero destacam a complexidade da diversidade humana e a relevância de respeitar e aceitar a autodeterminação de cada sujeito em relação à sua identidade de gênero (Camargo; Gomes, 2025, p. 31).

Nessa unidade, compreendi que minha visão sobre preconceito era restrita, muitas vezes sustentada por uma ignorância não intencional. Antes, pensava o preconceito como algo individual, direto, limitado à atitude de “discriminar alguém”. No entanto, ao longo da unidade, compreendi que ele está enraizado em estruturas históricas e ideológicas, como o patriarcado, que define e hierarquiza os papéis sociais de “homens” e de “mulheres”. Como exposto no texto base da unidade, “o gênero trata não apenas de uma questão de diferença, que pressupõe simetria, mas de uma questão de poder, em que nos deparamos com a assimetria e desigualdade, com a dominação do feminino pelo masculino” (Funck, 1994, p. 20 *apud* Camargo; Gomes, 2025, p. 14).

Em linhas gerais, percebi que parte de minha ignorância vinha de ter aprendido, ao longo da vida, uma lógica patriarcal sobre o feminino. E, como aponta o próprio material do curso, essa lógica precisa ser rompida para que a escola cumpra seu papel. Desse modo, Camargo e Gomes (2025, p. 10) afirmam que, “é certo que a escola reluta em não conversar ou mesmo refletir sobre essas condições de vida [...]. No entanto, a necessidade de se discutir e refletir sobre esses corpos ‘estranhos’ é imperiosa”.

A partir dessas reflexões, desenvolvi um olhar mais atento e sensível aos direitos de todas as pessoas. Hoje, consigo identificar manifestações de preconceito com mais clareza e agir prontamente para evitar que se agravem. Mais que isso, tenho promovido diálogos constantes com colegas de trabalho, questionando discursos e práticas que violam direitos ou reforçam estigmas.

A Unidade III, ao estudar a Comunicação Não Violenta (CNV), me possibilitou compreender que muitos conflitos surgem por falhas na escuta, pela ausência de empatia e pela

dificuldade de expressar sentimentos e necessidades. Logo, aprendi os quatro pilares da CNV: observação, sentimento, necessidade e pedido. Especificamente:

Observação: refere-se às situações que estamos observando e vivenciando, e que afetam nosso bem-estar. Sentimento: refere-se a como nos sentimos em relação àquilo que estamos observando. Necessidades: refere-se às necessidades (valores, desejos, etc.) relacionadas aos sentimentos identificados. Pedido: refere-se às ações concretas que pedimos para outra pessoa, com o intuito de enriquecer nossa vida (Miranda, 2025, p. 26).

Assim, busquei aplicá-los em minha prática escolar, por exemplo, pela tentativa de solucionar um conflito entre duas alunas do quarto ano da escola onde trabalho; na ocasião, elas sequer se encaravam. Logo, intrigada com aquela situação, optei por intervir e tentar aplicar o que estava sendo trabalhado na unidade supramencionada. Ao convidá-las a conversar, cada uma pôde explicar o que havia acontecido para chegarem àquela situação desagradável, fazendo uma observação detalhada dos acontecimentos passados.

Nesse cenário, tentei relacionar suas atitudes às suas emoções e necessidades. Confesso ter ficado mais frustrada. No momento, tive a sensação de que piorei a situação, pois se ofenderam mais ainda. Como o horário estava encerrando, fiz questão de ressaltar o meu objetivo com essa intervenção. Em seguida, após dois dias, presenciei as duas alunas juntas no refeitório, como se fossem melhores amigas, o que me surpreendeu! Não posso afirmar se foi resultado dessa “escuta”, mas achei interessante esse desfecho.

Além disso, a unidade me apresentou o conceito de “situações alienantes”, aquelas nas quais os sujeitos se desconectam de sua humanidade e de seus sentimentos, muitas vezes por não serem escutados ou compreendidos. Reconhecer essas situações na escola me deu mais recursos para intervir e apoiar estudantes que vivem violências simbólicas ou estruturais.

As experiências vivenciadas nos Módulos II e III me proporcionaram aprendizagens práticas que ultrapassam o ambiente do curso. A abordagem sobre diversidade sexual e de gênero me deu embasamento para lidar com situações que exigem acolhimento e enfrentamento de estigmas. Enquanto isso, os princípios da CNV me ajudaram a repensar minha prática pedagógica e a como mediar conflitos escolares.

Essa formação possibilitou ampliar meus conhecimentos, desmistificar outros, trabalhar a empatia – um exercício diário – e reconhecer os direitos das minorias para evitar que sejam descumpridos. Indubitavelmente, todas as pessoas deveriam fazer formações relacionadas aos “Direitos Humanos e Diversidades para se educar e educar o outro”, construindo uma sociedade mais justa, igualitária e equânime.

Os conhecimentos adquiridos nessas unidades podem ser praticados por meio de: rodas de conversa com os/as alunos/as, cujas temáticas sejam o respeito e as diferenças; intervenções imediatas em casos de preconceito, inclusive entre professores/as; promoção de escuta ativa com toda a comunidade escolar; discussões pedagógicas pontuais com a equipe docente sobre situações que revelam preconceitos ou violação de direitos. Segundo Camargo e Gomes (2025), a escola precisa ser espaço de transformação e, para isso, é necessário suspender os dogmas e evitar as palavras dos falsos messias, a fim de fortalecer as noções de cidadania em nossa sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência como tutora foi, para mim, transformadora em todos os sentidos. Estudei, compartilhei, escutei e fui profundamente tocada pelos conteúdos e pelas vivências. A tutoria me ensinou que educar é, antes de tudo, educar-se, além de que promover os direitos humanos exige mais que conhecimento, exige compromisso ético, escuta, empatia e coragem.

Nos dias atuais, me sinto mais consciente e fortalecida para reconhecer desigualdades, enfrentar preconceitos e colaborar, junto aos/às meus/minhas colegas, na construção de uma escola mais humana, justa e democrática. O curso me proporcionou importantes fundamentos teóricos e práticos nesse caminho. No entanto, também compreendo que preciso aprofundar ainda mais meus conhecimentos sobre o tema, para contribuir de forma mais efetiva e transformadora no ambiente escolar. Afinal, é por meio de uma educação crítica e comprometida que formamos sujeitos capazes de respeitar a si próprios, o outro e a diversidade presente no mundo.

Diante de tudo que vivenciei, reafirmo a importância de que a formação docente se mantenha contínua, crítica e sensível às transformações sociais. O contato com os/as cursistas e com os conteúdos do curso reforçou em mim a certeza de que é impossível promover uma educação de qualidade sem olhar para as questões de equidade, diversidade e justiça social. Nesse processo, a atuação do/a tutor/a se mostra como uma ponte para o diálogo, para o acolhimento e para a mobilização de saberes em prol de uma prática mais humanizada.

Ao refletir sobre minha atuação, percebo que a tutoria não apenas me qualificou profissionalmente, como também me transformou pessoalmente. Aprendi a escutar com mais profundidade, a acolher sem julgar, a respeitar o tempo e a trajetória de cada cursista. Em geral, foram muitas as trocas, os desafios e as superações compartilhadas, o que fortaleceu em mim a

convicção de que a educação, quando comprometida com os direitos humanos, é uma poderosa ferramenta de emancipação e mudança.

Sigo, portanto, com o desejo de continuar atuando como tutora em outras formações, ampliando meus horizontes e colaborando com a formação de outros/as profissionais da educação. Outrossim, desejo seguir aprendendo e me reconstruindo, pois compreendo que o compromisso com a inclusão e com a diversidade é permanente e exige constante atualização, revisão de práticas e escuta ativa.

Assim sendo, concluo essa etapa profundamente grata pela oportunidade e convicta de que experiências como essa devem ser valorizadas, incentivadas e multiplicadas. Formar-se em direitos humanos e diversidade não é apenas um ato acadêmico, mas um posicionamento ético e político diante do mundo. Que possamos, como educadores e educadoras, seguir construindo pontes e derrubando muros, para que a escola seja, de fato, um espaço de pertencimento, justiça e transformação para todos e todas.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, F. F.; GOMES, G. A. S. Diversidade sexual e de gênero e direitos da mulher: conhecer para combater distorções negadoras de direitos. In: GOMES, G. C.; DIAS, M. J. S.; RODRIGUES, V. M. (org.). **Curso de aperfeiçoamento de educação em direitos humanos e diversidades**: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2025. p. 10-88.

MIRANDA, F. J. S. Comunicação não violenta, cultura de paz nas escolas e o poder da comunicação fundamentada em direitos humanos. In: GOMES, G. C.; DIAS, M. J. S.; RODRIGUES, V. M. (org.). **Curso de aperfeiçoamento de educação em direitos humanos e diversidades**: educar-se e educar para a construção de uma sociedade fundamentada em direitos humanos. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2025. p. 11-60.

UFU. UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA. Edital PROEXC nº 135/2023: seleção de profissionais tutores para cursos de aperfeiçoamento a distância – RENAFOR. Uberlândia: PROEXC/UFU, 2023. Disponível em: <https://cead.ufu.br/processo-seletivo/2023/07/processo-seletivo-tutores-para-atuar-em-curso-de-educacao-especial>. Acesso em: 26 jun. 2025.

Submetido em 31 de março de 2025.

Aprovado em 23 de abril de 2025.